

Um Sistema de Governo Presbiteriano

Túlio Cesar Costa Leite¹

Introdução

As igrejas protestantes organizam-se de acordo com 3 formas básicas de governo:

1º) O governo congregacional, que pressupõe direitos e deveres iguais para todos os membros e autonomia para a igreja local. A assembléia da igreja é o poder máximo e não se sujeita a nenhuma outra instância;

2º) O governo presbiteriano, no qual um grupo de presbíteros eleitos forma um *conselho* que governa a igreja local por tempo determinado. As igrejas presbiterianas agrupam-se em *presbitérios*, *sínodos* e *supremo concílio*, numa estrutura hierarquizada onde cada instância (ou *concílio*) tem poderes sobre a inferior;

3º) O governo episcopal, onde os *bispos* têm autoridade sobre uma determinada região. Há vários tipos de governo episcopal: o bispo pode ser eleito por tempo indeterminado ou determinado; pode ter mais ou menos poderes (como por exemplo, transferir os pastores das igrejas da sua região com ou sem o aval das igrejas locais). Às vezes pode governar sozinho, outras, auxiliado por um grupo.

Pode-se acrescentar a estes o “governo monárquico”, onde um líder carismático se proclama como “o ungido de Deus”, muitas vezes alegando que recebeu uma “revelação” divina e detém o poder normalmente de forma incontestável e vitalícia. Igrejas assim estão largamente afastadas dos princípios da Reforma e não creio que devam ser chamadas de protestantes.

Aristóteles² ao teorizar sobre as formas de governo citou 3: monárquico (governo de um só, vitalício; de *monos*, um), aristocrático (governo de uma elite; de *aristos*, melhor + *kratos*, dono, governador) e democrático (governo escolhido pela maioria) e alertou para o fato de que todos podem se deturpar: a monarquia pode se transformar em tirania; a aristocracia em oligarquia e auto-perpetuação e a democracia, em demagogia. Também as igrejas podem se desviar das formas de governo que teoricamente adotam:

- Uma igreja batista pode transferir grande parte da autoridade da assembléia para o pastor;
- Os presbíteros de uma igreja presbiteriana podem se tornar meramente um grupo de auxiliares do pastor;
- Um presbitério pode ser submisso às imposições de um líder mais carismático.

¹ Presbítero da Igreja Reformada Presbiteriana em Maricá (RJ).

² SOBRINHO, João Falcão *A Túnica Inconsútil*, apostila de eclesiologia do Seminário Teológico Batista do Sul, p.57-58, s/d.

Um paralelo esclarecedor são as ditaduras. Em muitas delas os congressos permanecem funcionando, o que lhes dá uma aparência de democracia. Na prática eles existem somente para endossar as diretrizes do “homem forte”. Exemplo típico eram os congressos dos países comunistas onde o mais comum eram as votações unânimes: ai de quem discordasse! Isso deveria ser suficiente para mostrar aos cristãos que as raízes do pecado estão ativas em todos nós e que tudo o que fazemos tende a se corromper com o tempo, até nas igrejas dos santos. Mesmo as comunidades cristãs podem se degenerar a tal ponto que suas reuniões já não sejam para melhor e sim para pior (1Co. 11.17). Penso, como veremos adiante, que a forma de governo endossada pelo Novo Testamento é o presbiteriano, mas este não se efetiva simplesmente pelo fato de uma igreja denominar-se como tal. Pode acontecer que uma igreja de governo congregacional ou até mesmo episcopal encontre-se muito mais próxima dos parâmetros de governo bíblico do que uma igreja dita presbiteriana.

A evidência do Novo Testamento

No NT vemos Paulo, já na sua 1ª viagem missionária, “*promovendo em cada igreja, a eleição de presbíteros*” (At. 14.23). Esta prática é confirmada por Paulo em Tito 1.5³. Em At. 15, nos vv. 2, 4, 6, 22 e 23,⁴ são os presbíteros que se reúnem juntamente com os apóstolos no 1º Concílio da Igreja. Em At. 16.4 somos informados que “*Ao passar pelas cidades, entregavam aos irmãos, para que as observassem, as decisões tomadas pelos apóstolos e presbíteros de Jerusalém*”. Em At. 20.17 Paulo chama os presbíteros da igreja de Éfeso para sua última conversa com eles. No v. 28 vemos a função dos presbíteros: *pastorear* a igreja sobre a qual eles foram constituídos bispos⁵; esta função é confirmada por Pedro, em sua 1ª epístola, 5.1-2.⁶

No cabeçalho da epístola aos Filipenses, Paulo escreveu (1.1) “Paulo e Timóteo, servos de Jesus Cristo, a todos os santos em Cristo Jesus, que estão em Filipos, inclusive bispos e diáconos”.

A Timóteo Paulo prescreve: “Os presbíteros que governam bem sejam estimados por dignos de duplicada honra, principalmente os que trabalham na palavra e na doutrina” (1Tm. 5.17 ARC - na ARA: dobrados honorários).

Tiago instrui: “Está alguém entre vós doente? Chame os presbíteros da igreja, e orem sobre ele, unguendo-o com azeite em nome do Senhor” (5.14).

Vemos também que pelo menos 2 apóstolos, Pedro (1Pe. 5.1: “eu, presbítero como eles”) e João (2Jo. 1: “o presbítero à senhora eleita” e 3Jo. 1: “o presbítero ao amado Gaio”) chamavam a si próprios de presbíteros.

³ “Por esta causa te deixei em Creta, para que pusesses em boa ordem as coisas que ainda restam, e de cidade em cidade estabelecesses presbíteros, como já te mandei”.

⁴ Tendo havido, da parte de Paulo e Barnabé, contenda e não pequena discussão com eles, resolveram que esses dois e alguns outros dentre eles subissem a Jerusalém, aos apóstolos e presbíteros, com respeito a esta questão (2). Tendo eles chegado a Jerusalém, foram bem recebidos pela igreja, pelos apóstolos e pelos presbíteros (4). Então se reuniram os apóstolos e os presbíteros para examinar a questão (6). Então, parecem bem aos apóstolos e aos presbíteros, com toda a igreja (...) (22). escrevendo, por mão deles: Os irmãos, tanto os apóstolos como os presbíteros, aos irmãos de entre os gentios (...) (23).

⁵ “Atendei por vós e por todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu bispos, para pastoreardes a Igreja de Deus, a qual ele comprou com o seu próprio sangue”.

⁶ “Rogo, pois, aos presbíteros que há entre vós (...): pastoreai o rebanho de Deus (...)”.

Uma informação importante que os textos acima nos fornecem é que as igrejas do Novo Testamento parecem ter tido um governo plural, um colegiado de presbíteros regendo as comunidades locais. A palavra aparece sempre no plural, *presbíteros*, quando relacionada ao governo da igreja.⁷

O testemunho dos Pais da Igreja

Clemente de Roma, que viveu entre os anos 30 e 100, escreveu uma epístola à Igreja de Corinto cujos membros haviam se revoltado contra seus presbíteros. Clemente, então, instrui os coríntios a obedecerem aos presbíteros, pois estes foram instituídos pelos apóstolos, que por sua vez foram enviados por Cristo e este pelo Pai. Clemente também afirma que estes líderes foram democraticamente escolhidos⁸.

Esta epístola, escrita no ano 98, é o escrito cristão mais antigo depois do N.T. Interessante notar que Cairns descreve Clemente como “o presbítero principal da Igreja em Roma”⁹ (os católicos dizem que ele foi papa). Se Cairns está correto ao chamar Clemente de “principal”, parece então que à época de Clemente já se davam os passos em direção ao que se configurou logo a seguir com Inácio.

Inácio de Antioquia, condenado ao martírio no início do século 2, escreveu cartas a 7 igrejas por volta do ano 110. Nestas cartas Inácio prescreve a obediência ao bispo e aos presbíteros como fator de unidade da igreja. Ele é o primeiro dos pais da igreja a fazer essa distinção, não encontrada no NT, entre bispo e presbíteros, colocando os últimos em posição de subordinação ao primeiro¹⁰. Inácio defendia uma hierarquia tripla - bispo, presbítero e diácono - como elemento fundamental para a existência da Igreja.¹¹

⁷ O termo aparece pela primeira vez em At 11.30: a nascente igreja de Jerusalém tinha presbíteros. Interessante que não há explicação para esse surgimento repentino de uma liderança distinta. Aparentemente foi natural à igreja judaica – que chega a ser chamada de sinagoga (Tg 2.2) – ser governada por um grupo de anciãos, como nas sinagogas (cf. Mt 9.18 e Lc 8.41 com Mc 5.22; At 13.15; 18.8 e 28.17).

⁸ “Para nós não seria culpa leve se exonerássemos do episcopado aqueles que apresentaram os dons de maneira irrepreensível e santa. Felizes os presbíteros que percorreram seu caminho e cuja vida terminou de modo fecundo e perfeito. Eles não precisam temer que alguém os afaste do lugar que lhes foi designado. E nós vemos que, apesar da ótima conduta deles, removestes alguns das funções que exerciam de modo irrepreensível e honrado.”

“Irei para onde quiserdes, e farei o que a multidão ordenar, para que o rebanho de Cristo viva em paz com os presbíteros constituídos.”

“Vós que lançastes os fundamentos da revolta, submetei-vos aos presbíteros e deixai-vos corrigir com arrependimento, dobrando os joelhos de vosso coração” (Carta de Clemente aos Coríntios 3,44,54,57 em Padres Apostólicos, ed. Paulus, 2ª ed. 1995, p.55,61 e 63).

⁹ CAIRNS, Earle E. *O Cristianismo através dos séculos – uma história da igreja cristã* Ed. Vida Nova, 2ª ed., 1988. p.59

¹⁰ “Convém caminhar de acordo com o pensamento de vosso bispo (...). Vosso presbitério (...) está unido ao bispo, assim como as cordas à cítara (...). Tenhamos cuidado, portanto, para não resistirmos ao bispo(...). Está claro, portanto, que devemos olhar o bispo como ao próprio Senhor. (Inácio aos Efésios, 4-6, Padres Apostólicos, p. 83,84). “De fato, eu soube que vossos santos presbíteros (...) como gente sensata em Deus, se submetem a ele [ao bispo], não a ele, mas ao Pai do bispo de todos, Jesus Cristo. Por isso vos peço que estejais dispostos a fazer todas as coisas na concórdia de Deus, sob a presidência do bispo, que ocupa o lugar de Deus, dos presbíteros, que representam o colégio dos apóstolos, e dos diáconos, que são muito caros para mim(...).” (Inácio aos Magnésios, 3,6. Padres Apostólicos, p. 92).

“Segui todos ao bispo, como Jesus Cristo segue ao Pai, e ao presbitério como aos apóstolos; respeitai os diáconos como à lei de Deus. Sem o bispo, ninguém faça nada do que diz respeito à Igreja (...). Sem o bispo não é permitido batizar, nem realizar o ágape. É bom reconhecer a Deus e ao bispo. Quem respeita o

Os defensores dessa ordem tripla apontam para sua existência desde muito cedo na igreja. Porém F. Martins tem razão quando afirma que:

“O Novo Testamento é claro ao relacionar estes dois termos (ancião e bispo) a um mesmo ofício (At. 20.17,28; Fp 1.1:Tt 1.5,7). O fortalecimento do ofício do bispo monárquico só aconteceu depois do fim da era apostólica no fim do segundo século”¹²

Temos então, a partir do início do século 2º, um significado novo para a palavra bispo, diferente do significado dado à palavra nos primórdios da igreja. No início o corpo dos presbíteros era igualitário. As palavras “bispo” e “presbítero” eram usadas para o mesmo grupo de homens sem distinção (1Tm. 3.1ss cf. Tt. 1.5,7; At. 20.17,28). A partir daí haverá uma distinção que se intensificará e que perdurará com graus variados até nossos dias.

O modelo atual

A palavra *presbítero* praticamente caiu em desuso na maior parte das denominações juntamente com o sistema de governo que era praticado em correlação com o uso da palavra. Passamos a usar uma nova palavra, seja qual for o sistema de governo das igrejas protestantes: “pastor”. Porém, essa palavra não é usada com o mesmo sentido de presbítero nem o pastor da igreja é imaginado atuando num contexto plural. A palavra é usada no singular. O “pastor” da igreja tem sempre posição destacada. É improvável que o crente comum conceba “igreja” sem “pastor”; estas duas palavras são em nossos dias praticamente indissociáveis. Porém, a que conclusão chegaríamos estudando o N.T.? Nele, a palavra *pastor* ocorre 13 vezes¹³, sendo que surpreendentemente em *nenhuma* ocorrência a palavra se refere a um homem com o atual ofício de pastor de igreja.

A palavra pastores (no plural) ocorre em 8 versículos¹⁴. Em 5 ocasiões se refere à profissão (pastor de ovelhas), em 1 (Jd 12) como figura de linguagem e em apenas 1 ocorrência (Ef. 4.11) como homens possuidores de um ofício na igreja. Na ARC ocorre também em Hebreus 13.7 e 17, sendo a palavra “pastores” traduzida na ARA como “guias”.

Quem seriam esses guias ou pastores? Procurando as palavras *apascentar* ou *pastorear* podemos obter pistas. Elas aparecem 12 vezes¹⁵. Nosso interesse recai sobre João 21.15,17 (o episódio da restauração de Pedro), Atos 20.28 e 1 Pedro 5.2. Em Atos o apóstolo Paulo diz a um grupo de homens que eles foram constituídos bispos para apascentarem a igreja de Deus. E, no mesmo texto ele ordena que cuidem do rebanho. O rebanho é a “Igreja de Deus”. E esses homens, que devem apascentar a igreja, quem são? Os *presbíteros* (ou bispos, ou anciãos) da igreja de Éfeso, aos quais Paulo está dirigindo suas solenes palavras de despedida.

Pedro, a quem o Senhor Jesus disse: “pastoreia as minhas ovelhas”, dá a mesma ordem em sua primeira epístola (5.1-2). A quem? Aos *presbíteros*. E ele mesmo diz: eu sou

bispo, é respeitado por Deus; quem faz algo às ocultas do bispo, serve ao diabo” (Carta aos Esmirniotas, 8,9. Padres Apostólicos, p.118).

¹¹ “Há evidências precisas nestas cartas de que, por esta época, em cada igreja um dos presbíteros tinha se tornado um bispo monárquico ao qual os outros presbíteros deviam obedecer” (Cairns, p. 60).

¹² SILVA, Francisco Martins da *O ofício de presbítero* Livraria Almenara Editora, São Paulo, 1959, p. 39

¹³ Mt 9.36;25.32;26.31; Mc 6.34;14.27; Jo 10.2,11,12,14,16; Hb 13.20; 1 Pe 2.25; 1 Pe 5.4 (ARA).

¹⁴ Mt 8.32; Lc 2.8,15,18,20; Lc 8.34 (traduzido como “porqueiros” na ARA-2ª ed.); Ef 4.11; Jd 1.12.

¹⁵ Mt 2.6; Mc 5.14; Lc 15.15;17.7; Jo 21.15,17; At 20.28; 1 Co 9.7; 1 Pe 5.2; Jd 12; Ap 7.17.

presbítero, como vocês! Pedro era um apóstolo, mas parece apontar para o tempo, em que, cessado o período excepcional que foi a era apostólica, o governo recairia sobre presbíteros.

A igreja mais hierarquizada que existe afirma que Pedro foi o primeiro papa. Quanto a isso Justo Gonzáles afirma:

“As origens do bispado romano se perderam na penumbra da história. A maior parte dos historiadores, tanto católicos como protestantes, concorda com que Pedro esteve em Roma, e que provavelmente morreu nesta cidade durante a perseguição de Nero. Porém não existe nenhum documento antigo que diga que Pedro transferiu sua autoridade apostólica aos seus sucessores.

“Além disto, as listas antigas que enumeram os primeiros bispos de Roma não coincidem. Enquanto algumas dizem que Clemente sucedeu diretamente a Pedro, outras dizem que ele foi o terceiro bispo depois da morte do apóstolo. Isto é tanto mais digno de nota por termos listas relativamente fidedignas de outras igrejas. Isto, por sua vez, levou alguns historiadores a conjecturar que talvez o bispado de Roma, em seu princípio, não tenha sido ‘monárquico’ (isto é, com um só bispo), porém um bispado colegiado onde vários bispos ou presbíteros dirigiam a vida da igreja em conjunto”.¹⁶

Como vimos, a palavra “presbítero” quase sempre aparece na forma plural no NT. As conjecturas que Gonzales cita a respeito de uma pluralidade de presbíteros no governo da igreja primitiva parecem ser confirmadas pelos textos do Novo Testamento. Dessa forma podemos estar prejudicando a esses homens que são colocados *sozinhos* em posição de liderança na igreja, pois não foi este o modelo provido por Deus para sua igreja. O uso da palavra pastor, bispo, presbítero ou ancião não é o primordial. O importante é que, qualquer que seja a palavra que usemos para designar a liderança da igreja, ela deve ser usada num contexto plural, sem privilegiar a ninguém dentro do grupo.

A Denominação Presbiteriana

“*A aspiração do homem para o bem torna a democracia possível, mas a inclinação do homem para o mal torna a democracia necessária*”. É até questão de coerência aos defensores da Total Depravação, a criação de mecanismos que permitam que o poder seja efetivamente pulverizado.

Os presbiterianos consideram que o ofício de presbítero antecede até mesmo o próprio registro histórico das Escrituras¹⁷. No Antigo Testamento são designados como *anciãos*. Assim, os vemos executando a disciplina (Dt. 19.11-12; 21.18-19), como chefes do povo (Dt. 27.1); como depositários da fé (Js. 24.31), etc...

Alguns autores chegam a comparar a cultura judaica antiga com a nossa prática atual sem cuidar de estabelecer as necessárias distinções:

¹⁶ GONZÁLES, Justo *A Era dos Mártires Uma história ilustrada do cristianismo vol.1* Ed. Vida nova, p... (sublinhados acrescentados)

¹⁷ F. Martins, p.39

“As congregações locais – as sinagogas – tinham um tribunal composto de três juízes, a quem cabia dirimir as questões de ganho, perda ou restituição. Era o nosso atual Conselho de Igreja”.¹⁸

Esse mesmo autor afirma que o ancião podia ainda servir numa segunda câmara de justiça composta de 23 juízes e também no Sinédrio que “*era o mais alto ideal acalentado pelo cidadão judeu ao encaminhar-se para a velhice*”. O assento nessa corte “*era o mais sonhado prêmio de uma vida digna, experimentada nos serviços de outras naturezas, prestados pelo ancião em qualquer outro lugar do país*”. E conclui:

“Sendo o ancião o presbítero, pode-se então afirmar sem erro que a igreja do povo hebreu era governada por presbíteros antes do Êxodo, no deserto da peregrinação, na época dos juízes, durante o reino unido e o reino dividido, nos cativeiros e na dispersão, até os nossos dias. Os judeus, portanto, eram e são presbiterianos na sua forma de governo eclesiástico”.¹⁹

Por que a Igreja Presbiteriana tem esse nome: *presbiteriana*? Porque não é governada pela *congregação* e tampouco por um *bispo*, mas sim por presbíteros. A igreja presbiteriana só reconhece duas ordens de oficiais: os diáconos e os presbíteros. Divide, porém, estes últimos em docentes e regentes. O presbítero docente é o chamado pastor ou ministro, sendo suas funções a doutrinação, a pregação e o ensino. Ao regente cabe a administração secular e espiritual da igreja.

O Rev. Manoel B. de Souza, então presidente do presbitério de Londrina, em seu livro “Porque somos presbiterianos”, de 1963, afirma:

“Como já deixamos transparecer claramente, apenas duas ordens de oficiais permaneceram dentro do sistema presbiteriano: *presbíteros e diáconos*. Note-se, ainda, que não houve a mínima inovação nem por Calvino e nem por parte de outros estudiosos do Presbiterianismo, quanto à nomenclatura do oficialato: PRESBÍTERO e DIÁCONO são os mesmos nomes que se encontram no Novo Testamento! Houve, apenas, para definição de deveres e responsabilidades, uma divisão na ordem dos presbíteros, muito lógica e sobretudo bíblica, como veremos mais adiante.”²⁰

Mais adiante declara:

“Vale anotar que esta distinção não implica no fato de que o presbítero docente, que é o ministro, não possa e não deva tomar parte direta na administração da Igreja, e que o presbítero regente não deva ensinar. Apesar

¹⁸ F. Martins, p.44 sublinhado meu. Não me parece correto afirmar que um tribunal de recursos de uma sinagoga seja a mesma coisa que o atual Conselho de uma Igreja Presbiteriana. Mais adequado, talvez, seria considerar essa instituição como um embrião ou um fator de influência judaico no estabelecimento da forma de governo na igreja primitiva.

¹⁹ Idem, p.46

²⁰ SOUZA, Manoel B. de *Porque somos presbiterianos* Edições Princeps, Rio de Janeiro, 2ª ed. 1963, p 112. Na realidade Calvino concebia a igreja sendo governada por um ministério quádruplo: o pastor, o doutor (ou mestre), o presbítero (ou ancião) e o diácono, sendo o pastor o responsável pela congregação. Ele organizou as 4 igrejas de Genebra com base nessa concepção (*Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*, Edições Vida Nova, 1990. vol. 2, p.214).

da especificação de funções, os presbíteros docentes e regentes devem e precisam trabalhar em mútua colaboração.²¹

Acontece, porém, que esta divisão dentro da *ordem* carece de fundamento bíblico e pode tornar-se, como muitas vezes ocorre, fruto de tensões no relacionamento entre os dois tipos de “presbíteros”.

Quem governa a igreja na denominação presbiteriana? O pastor *auxiliado* pelos presbíteros? Como funciona o sistema conciliar? Parece que a resposta não é clara.

A constituição da denominação afirma já no Art. 1º que a igreja “*exerce o seu governo por meio de concílios e indivíduos...*” e o Art. 3º, § 2º, define que a autoridade é exercida “*individualmente na administração dos sacramentos e na impetração da bênção pelos ministros e na integração de concílios por ministros e presbíteros*” e é exercida “*coletivamente por oficiais, em concílios, para legislar, julgar, admitir, excluir ou transferir membros e administrar as comunidades*”.

O art. 4º afirma que o governo da igreja local “*reside no Conselho*”²².

O art. 8º repete: “*O governo e a administração de uma igreja local competem ao Conselho, que se compõe de pastor ou pastores e dos presbíteros*”.

O art. 50, diz que “*o presbítero, tem nos concílios da Igreja autoridade igual à dos ministros*”.

O art. 83, arrola as funções privativas do Conselho, dentre os quais:

- a) exercer o governo espiritual e administrativo...;*
- b) supervisionar, orientar e superintender a obra de educação religiosa, o trabalho das sociedades (... e outras organizações da igreja, bem como a obra educativa em geral e quaisquer atividades espirituais,*
- n) resolver caso de dúvida sobre doutrina e prática...;*
- o) suspender a execução de medidas votadas pelas sociedades domésticas da igreja (...)*

Como se vê, é o exercício do poder residindo *no Conselho*²³.

Porém, apesar de se afirmar que não há 3, mas apenas duas ordens de oficiais na igreja, o chamado “ministro” tem muitas prerrogativas.

O art. 31, por exemplo, lista o que é privativo do ministro: administrar os sacramentos, invocar a bênção apostólica, celebrar casamento religioso com efeito civil, orientar e superintender a liturgia.

O art. 32 diz que o cargo e exercício de ministro são os primeiros na igreja. De que forma isso se manifesta? Parece que nas prerrogativas, que nenhum presbítero “regente” possui, de exercer a presidência do Conselho (art. 78); de poder exercer as funções de conselho em casos excepcionais (art. 76, § 2º); da necessidade de sua presença para admitir, transferir ou disciplinar membros (art. 78); de poder convocar, individualmente, o conselho

²¹ Souza, p. 115

²² O Conselho na igreja local é a reunião do pastor e dos presbíteros. As reuniões do conselho são fechadas (art.72 da Constituição): os membros da igreja não podem participar. A evidência do NT mostra a liderança reunida *na presença dos demais membros*. Atos 15 mostra os apóstolos e presbíteros da igreja de Jerusalém reunidos para tomar decisões cruciais para a vida dos gentios na presença de toda a igreja. Sabemos o que disseram Pedro, Barnabé, Paulo e Tiago e que foi de Tiago a decisão que foi aceita por todos. Havia uma multidão participando dos debates (vv. 7 e 12).

²³ De fato, o membro comum pouco pode influir nas decisões da igreja. Mais uma vez Atos 15 mostra indícios que havia mecanismos pelos quais toda a igreja aprovava a decisão da liderança: “pareceu bem aos apóstolos e aos presbíteros, com toda a igreja... (v.22). Que mecanismos eram esses é algo a ser estudado.

(art. 81, b); de não ter suas faltas julgadas pelo Conselho (código de Disciplina, art. 20); de, nos casos excepcionais em que o Conselho se reúne sem sua presença, as decisões tomadas necessitam do “ad-referendum” do Conselho em próxima reunião (art. 78); de presidir as assembléias da igreja (Modelo de Estatuto, art. 7°).

Desta forma, há uma ambigüidade quando ao mesmo tempo em que se afirma a inexistência de uma “hierarquia” todas estas prerrogativas mostram que, de fato, ela está presente. Há uma distinção muito clara no tratamento dos presbíteros docentes, que são chamados de pastores ou ministros e tratados como “reverendos”.²⁴

Embora o autor de “Porque somos presbiterianos” afirme que esta distinção é “sobretudo bíblica”, parece-me que os textos bíblicos não confirmam isso. Os textos citados por ele, 1Tm. 5.17 (*devem ser merecedores de redobrada honra os presbíteros que presidem bem, com especialidade os que se afadigam na palavra e no ensino*) e 1Co. 12.28 (... *em terceiro lugar, mestres...*) são forçados a afirmar bem mais do que dizem.²⁵ Digno de nota que mais adiante quando critica o governo episcopal o autor, usando outros textos do NT, assevera:

“O governo episcopal, ao invés do que se dá no Sistema Presbiteriano, que divide o presbiterato apenas em duas classes, os presbíteros são divididos em duas ordens bem distintas, a saber: *Bispos e Presbíteros*, estabelecendo superioridade de uns sobre os outros.”²⁶

Seguindo em sua argumentação, Souza acrescenta:

“Contudo, escudados na Bíblia, vamos ver que não há muita razão para a distinção que se faz dos presbíteros em duas ordens: Bispos e Presbíteros. Senão vejamos: Para designar estes oficiais, as Escrituras Sagradas apresentam três nomes: ANCIÃO, PRESBÍTERO E BISPO. Todavia estes três nomes são sinônimos perfeitos, isto é, têm o mesmíssimo significado!!! Cotejando a mesma Bíblia especialmente o Novo Testamento, sem nenhum outro auxílio, comprova-se esta asserção. (...) Logo, no conceito neotestamentário, as três palavras: bispo, presbítero, e ancião são sinônimos!!! (...) Só há mudança de nomes, mas o sentido é sempre o mesmo! (...). Por mais que se queira forçar a interpretação bíblica, não se encontra base para esta distinção, que se observa no Governo Episcopal, de dignidade entre bispos e presbíteros. É simplesmente uma questão lingüística e nada mais!!! Temos aí aquilo que no estudo das línguas se

²⁴ A constituição da Igreja Presbiteriana Conservadora é menos ambígua: Art. 37 - O ofício de ministro é o primeiro da Igreja *em dignidade e utilidade*. Art. 45 - São atribuições do pastor: (...) *juntamente com os presbíteros*, exercer a autoridade coletiva de governo (a Constituição da IPB diz “**outros** presbíteros”). Art. 52,§ 3° - Se uma igreja permanecer vaga por mais de dois anos consecutivos, por motivo de recusa de pastores comissionados, o Presbitério deverá convertê-la em congregação presbiterial, *dissolvendo o seu Conselho* e dando-lhe um pastor, a seu critério. Art. 101 - “O presidente do Conselho é o pastor da Igreja, e *tem votos de quantidade e de qualidade*.” Também a constituição da Igreja Presbiteriana Independente diz: “Art. 34 - O ofício de ministro é essencial à vida da igreja... (silencia quanto ao ofício de presbítero); “Art. 52 - São atribuições do pastor... h) *juntamente com os presbíteros*, exercer a autoridade coletiva de governo.”; “Art. 90 - o presidente do Conselho é o pastor da igreja, e tem votos de quantidade e qualidade, sendo este último obrigatório.”

²⁵ Embora use 1Tm. 5.17 como base para fazer separação entre o presbítero que preside e o que ensina, vemos que a prática da Igreja Presbiteriana junta as duas funções em um só: no ministro. Além de ensinar, só ele pode presidir.

²⁶ Idem, p 118 sublinhados meus.

chama SINÔNIMO, isto é, palavra de diferente grafia mas de significado semelhante.”²⁷

Porém, logo a seguir, afirma:

“Segundo nosso sistema de governo, e muito bíblico como estamos percebendo, não há distinção alguma entre os oficiais em estudo, no que respeita a sua dignidade. Apenas a ordem dos presbíteros, à semelhança do que se dava na Igreja primitiva [sic], se desdobra em duas classes (presbíteros regentes e docentes), para facilitar a consecução da obra”.²⁸

Entendo que Souza ficou devendo as referências bíblicas que comprovam que a Igreja Primitiva dividia os presbíteros em duas “classes”.²⁹ E a aplicação que ele faz dos termos “classe” e “ordem” lembra a sutileza do argumento católico de que não prestam “latria” (adoração) às imagens, mas “dulia” (veneração).

De fato, a mesma argumentação que Souza usou *contra* a distinção entre bispo e presbítero pode ser usada também *contra* a distinção entre pastor e presbítero. Se há divisão na “ordem”, se há ofícios privativos e prerrogativas de uma “classe”, se há diferença de tratamento, não há como não concluir que não há uma subordinação de fato dos regentes aos docentes ³⁰. John MacArthur pelo menos foi claro ao admitir que para ele “*a igreja é governada pelos melhores e presidida pelo melhor entre os melhores*.”³¹ Isso é meramente o retorno à ordem tríplice defendida por Inácio de Antioquia, com os pastores substituindo os bispos.

Afinal de contas, nossa terminologia atual é realmente bíblica? Ao inscrever-me para um congresso, a simpática atendente perguntou: “o sr. é pastor ou presbítero?” Esta distinção existe no NT? As evidências indicam que o termo “pastor” nem era usado cotidianamente e sim “presbítero”. Porém, a palavra pastor é usada hoje, mesmo nas igrejas presbiterianas, para criar uma *distinção* que não havia no NT. As igrejas do NT tinham um

²⁷ Idem, p.119-121.

²⁸ Idem, p.121.

²⁹ É necessário reconhecer (e combater) a tendência de fazer com que textos bíblicos tenham sentido que provavelmente não tinham na época em que foram escritos. Um exemplo se encontra em SOUZA, p. 110, ao explicar 1Tm. 4.14 (“Não te faças negligente para com o dom que há em ti, o qual te foi concedido mediante profecia, *com a imposição das mãos do Presbitério*” [grifo do autor]): “Presbitério é a reunião de todos os presbíteros de certa região, presbíteros docentes (ministros) e regentes, reunião essa que se processa de ano em ano, para o exercício do governo da Igreja”. Eis um belo exemplo de interpretação denominacional! Doutra forma, como explicaríamos o fato de haver tantas e tão minuciosas informações no versículo acima? Antes presbitério parece se referir ao colegiado dos presbíteros de uma determinada igreja (cf. 1Tm 4.14 com At 13.3). Não parece haver modelo neotestamentário para a estrutura da Igreja Presbiteriana que tem presbitérios, organizados em pessoa jurídica, com regimento e estatuto, sede, livro de atas e membros (os pastores não são membros da igreja local, mas do presbitério – art. 27, *caput* e § 2º da Constituição) existindo, portanto, como uma supra-igreja, uma “igreja virtual” (a igreja dos “melhores”?). O presbitério tem poderes para intervir na igreja local, inclusive dissolvendo Conselhos e fundindo igrejas (Art. 88 da Constituição). Há, ainda, os sínodos, com estrutura semelhante à dos presbitérios e com poderes sobre estes.

³⁰ Além dos ofícios privativos, das prerrogativas e diferenças de tratamento há, ainda, as diferenças na vestimenta que muitos “docentes” tratam de criar com o uso de colarinhos eclesiásticos e togas. Alguém já viu um “regente” usando tal indumentária? Outros fazem questão de nunca se vestir de modo mais informal (usando uma calça *jeans*, por exemplo) mesmo que estejam num piquenique ou retiro. Infelizmente esse comportamento pode ser reforçado pelo povo. Certa vez, numa rádio evangélica fizeram a pergunta: “o pastor pode pregar sem terno?” A maioria respondeu *não*. Uma senhora chegou a dizer que se o pastor não estiver com paletó e gravata, a mensagem não teria “unção”!

³¹ Afirmação proferida durante o Congresso da Fiel, em Águas de Lindóia, em outubro de 1995.

pastor? Ou eram governadas por um colegiado de presbíteros sem nenhuma distinção entre eles? Como já vimos, o NT aponta para a existência de uma liderança plural e igualitária:

“Lembrai-vos dos vossos guias (na ARC “pastores”) os quais vos pregaram a palavra de Deus...” (Hb 13.7).

“Agora, vos rogamos, irmãos, que acateis com apreço os que trabalham entre vós e os que vos presidem no Senhor e vos admoestam; e que os tenhais com amor em máxima consideração, por causa do trabalho que realizam” (1 Ts 5.12).

“Devem ser considerados merecedores de dobrados honorários os presbíteros que presidem bem, com especialidade os que se afadigam na palavra e no ensino” (1 Tm 5.17).

“Está alguém doente? Chame os presbíteros da igreja...” [os presbíteros e não o presbítero ou o pastor] (Tg 5.14).

Já registramos que os termos que se referem à liderança estão sempre no plural. Não há uma única palavra sobre qualquer tipo de ascendência de um presbítero sobre os demais. Mesmo em 1Tm. 5.17, onde alguns parecem ver uma distinção entre presbíteros que presidem e os que pregam e ensinam (se bem que essa distinção pode ser ditada pela aptidão natural que fará uns se destacarem mais na pregação, outros no ensino, outros na administração, etc.), a única diferença é o honorário³². Estes textos não suportam o peso da separação tão grande e nítida, como a que é feita atualmente entre pastor e presbítero. O texto não diz que aqueles presbíteros que venham a se distinguir por uma maior aptidão à pregação e ao ensino, terão algum tipo de privilégio no governo que os demais não terão ou alguma ascendência sobre ou outros presbíteros, nem mesmo algum tipo de atribuição exclusiva, como batizar ou presidir a ceia.

Um modelo de liderança

“Em seu livro *The Making of a Leader* (A formação de um líder), Chua Wee Hian narra a seguinte experiência:

“Em 1981, eu estava no Brasil, realizando uma série de seminários sobre liderança espiritual. Os participantes, eram, em sua maioria, estudantes que ocupavam posições de liderança em sua igreja. Na primeira reunião, pedi-lhes que desenhassem um logotipo ou emblema para designar liderança. Eles apresentaram vários símbolos usando imagens como coroas, cetros, escudos, espadas, cabeça de leão e pergaminhos. Todos os desenhos tinham que ver com a pessoa de um rei. Fiquei impressionado com o sentido de autoridade evidente nas ilustrações deles. O desenho vencedor, sem dúvida alguma, ficaria muito bem numa camiseta. E muitos iriam querer adquiri-la.

³² Se 1Tm. 5.17 dá margem para supor distinção, 1Ts. 5.12 – *“acateis com apreço (...) os que vos presidem no Senhor e vos admoestam”* – mostra que essa distinção não existe. Note que não se diz: “o que vos preside e admoesta”, como se fosse uma única pessoa a ter ambas as funções. Nem tampouco: “os que vos presidem e o que vos admoesta”, supondo haver um grupo que preside e uma pessoa que ensina. O texto mostra um mesmo grupo fazendo as duas coisas.

“Mas os estudantes não haviam consultado um dicionário de sinônimos, como eu consultara (...) procurei a palavra “líder”. E a lista era de impressionar: general, comandante, diretor, gerente, cabeça, oficial, capitão, senhor, chefe, governador, dirigente, executivo, patrão e crânio. Isso harmonizava-se perfeitamente com os logotipos produzidos pelos alunos.

“Em seguida, examinamos os textos de Lc. 22.24-27 e João 13.3-5 e 12-17. Após o estudo dessas passagens, os alunos tiveram de refazer seus logotipos. As novas versões traziam desenhos de toalhas, bacias ou figuras ajoelhadas servindo. Mas agora tínhamos um problema. Suponhamos que aqueles emblemas que falavam de serviço e humildade fossem impressos em camisetas. Quantas pessoas comprariam e usariam uma delas. Você usaria?”³³.

Pedro, (1Pe. 5.1), exorta: “*pastoreai* (pastoreai vós: plural!) *o rebanho de Deus... não como dominadores dos que vos foram confiados, antes, tornando-vos* (plural) *modelos do rebanho*”. Vejo aqui que não há como compararmos o modelo de liderança encontrado em qualquer outra instituição (a hierarquia militar, por exemplo) com a igreja de Deus. Os presbíteros devem se abster de procurar serem obedecidos porque são “os chefes”. Eles são investidos de autoridade? Sim. Mas uma autoridade de natureza diferente da do mundo, uma autoridade que deve ser obedecida por se tornar modelo. “*Mas Jesus lhes disse: os reis dos povos dominam sobre eles, e os que exercem autoridade são chamados benfeitores. Não é assim entre vós*”. (Mt. 20, Mc. 10, Lc. 22). Como aplicar esses princípios dentro de um sistema colegiado de governo? Alguém se destacará por uma pregação eloqüente, outro pela sabedoria e conhecimento bíblico-teológico, outro por sua capacidade administrativa; uns serão mais comunicativos, outros mais reflexivos. Mas todos deverão se submeter, individualmente, ao grupo. Se cada presbítero, individualmente, não é capaz de ser liderado, como será capaz de liderar adequadamente?

Nesse ponto podemos concluir que o desejo de primazia não é cristão. Paulo afirma que desejar o episcopado é algo bom (1Tm. 3.1). Mas este é um episcopado *cristão* onde indivíduo sobressai por *servir* (Mt 20.26), permanecendo sempre submisso a outros. O presbítero João escrevendo a Gaio (3 Jo 9), informa-nos acerca de um tal de Diótrefes, (“que gosta de exercer a primazia entre eles”) que não lhe dava acolhida, proferia palavras maliciosas contra ele e expulsava da igreja os irmãos que desejavam acolher os seus mensageiros. Após esse relato conclui: “*não imites o que é mau*” (v.11). Parece haver dois procedimentos errados relatados nesta passagem: O primeiro é o desejo de primazia exercido por Diótrefes; o segundo é a passividade dos demais, que não exerceram sua autoridade para inibir com firmeza a este que acabou por deixar de ser presbítero para se transformar num tirano.

Esta passividade tem sido estimulada por muitos pastores, principalmente aqueles que gostam “exercer autoridade e dominar” (veja Mateus 20.25-26). Usando indevidamente a figura bíblica da “ovelha” e do “rebanho”, estimulam nos membros de suas congregações as características negativas deste animal. Afirmam que ovelha é mansa, não berra; o pastor sabe quais são os lobos disfarçados de ovelhas dando com o cajado na cabeça de todos - a ovelha não reagirá. Quem reage é lobo. Dessa forma afastam aqueles que poderiam contestar sua “autoridade” e seus erros. Já ouvi de um antigo pastor, zeloso de sua autoridade, a afirmação de que “ovelha é burra”. Ele se referia aos membros da igreja! De

³³ Citado de Jesus, o Rei Servo, de Alec D. Brooks, artigo publicado na Revista Mensagem da Cruz, janeiro 1995, nº 104, p.10-11.

fato a ovelha (o animal) é burra, enxerga pouco, não sabe se defender, erra freqüentemente o caminho... serão por essas características que o verdadeiro líder cristão gostaria que sua congregação fosse conhecida? Efésios 4.11-16 mostra que a liderança da igreja foi constituída por Deus com a finalidade de conduzir os eleitos ao “*pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo*”. Aí não há nada da ingenuidade, da burrice e da passividade característicos do animal. Em última análise, a finalidade da liderança cristã é tornar-se desnecessária, pois quando todos chegarem à perfeita varonilidade e à medida da estatura da plenitude de Cristo, não precisarão de ninguém para guiá-los. Evidentemente isso só acontecerá (inclusive com os líderes) na glória. Mas este é o alvo: sermos como Cristo (veja também Rm. 8.29; 2Co. 3.18). Que glória para uma congregação ouvir o que Paulo disse aos Romanos: “*E certo estou, meus irmãos, sim, eu mesmo, a vosso respeito, de que estais possuídos de bondade, cheios de todo o conhecimento, aptos para vos admoestardes uns aos outros*” (15.14). Se uma igreja permanece por anos com membros portando-se como meninos (Ef 4.14), sem crescimento (Ef 4.15), algo está errado.

As qualificações dos presbíteros

“*Os judeus, portanto, eram e são presbiterianos na sua forma de governo eclesiástico*”.³⁴ Esta afirmação de F. Martins demonstra o reconhecimento de que muitos aspectos de nossa cultura cristã – como por exemplo a forma de governo plural -, são erigidos a partir de uma base judaica. Partindo desse pressuposto devemos perguntar: como um judeu chegava ao ofício de ancião?

Embora longa, a citação abaixo merece consideração:

“Certa vez, Ignaz Maibum, um rabino reformista de Londres, envolveu-se numa polêmica com alguns de seus colegas, rabinos ortodoxos, pelas colunas de um semanário judaico. Em dado momento, um de seus adversários ortodoxos comentou, numa carta, que os rabinos reformistas eram meros ‘párocos judeus’, expressão que visava claramente veicular a idéia de que tinham renunciado à autêntica tradição judaica para imitar os modos dos clérigos cristãos. Maibum retrucou que se os rabinos reformistas eram ‘párocos judeus’, os ortodoxos poderiam igualmente ser qualificados de ulemás judeus.

A significação dessa resposta é bem clara. Existem, de fato, certas semelhanças entre a posição do ulemá na vida islâmica e a do rabinato nas comunidades judaicas ortodoxas. Nem o ‘alim (singular de ulemá), nem o rabino são ordenados; nenhum dos dois exerce uma função sacerdotal. Nem o judaísmo nem o islamismo possuem sacramentos, altares, ordenação ou mediação sacerdotal. Não há função religiosa que um crente comum, adulto, do sexo masculino, provido dos necessários conhecimentos, não possa executar tão bem quanto o ‘alim ou o rabino. Ambos são profissionais da religião, mas nenhum se enquadra, de forma alguma, no papel do sacerdote. Adquirem o seu status através do saber, do estudo e do reconhecimento, que se torna uma espécie de certificado (...). Em todos esses aspectos, assim como em alguns outros, há notáveis semelhanças entre a formação, a qualificação e a função do rabino ortodoxo e a do ‘alim muçulmano sunita. (A condição do mullah xiita é um pouco diferente.) Essa identidade tão

³⁴ F. Martins, p. 46.

surpreendente, que se torna ainda mais visível quando se verificam as diferenças entre seu status comum e o dos cleros do cristianismo e de algumas outras religiões, obviamente requer que se estabeleçam certas conexões históricas.³⁵

Adiante, o autor indica a influência judaica sobre a formação e a condição do *'alim* na comunidade muçulmana. Será que nesse aspecto não poderíamos prestar mais atenção às nossas raízes judaicas? A imposição de mãos do presbitério se daria, então, sobre aquele homem experimentado (“ancião”), reconhecido pela comunidade pela manifestação de uma vida familiar estável, temperamento moderado, sabedoria e conhecimento das Escrituras e capacidade para ensiná-las. Atualmente, dá-se mais atenção à formação acadêmica (nem sempre bem feita) do que à experiência. Um jovem de 20 e poucos anos, recém-saído de um seminário não terá necessariamente essas qualidades. Nesse ponto percebe-se que a igreja, institucionalizando-se, passou a adotar procedimento semelhante ao usado por empresas seculares para admitir seus profissionais: a exigência de uma formação acadêmica, com uma diferença crucial: os jovens que saem das universidades não iniciam seu primeiro emprego em cargos de liderança. As empresas normalmente têm um plano de carreira no qual os cargos executivos são reservados aos que tem experiência (e essa é uma palavra-chave). Como vimos, a palavra presbítero (ancião) implica em maturidade, experiência.

Os textos de 1Tm. 3.1-7 e Tt. 1:5-9 demonstram que a igreja deve eleger homens que se destaquem em uma comunidade de homens e mulheres que também possuam essas mesmas qualidades. Submetendo-nos a estes textos será inevitável a aplicação de muito mais rigor e critério na escolha dos nossos líderes. O próprio homem que “almeja tão excelente obra” deverá prestar especial atenção à sua própria vida, à sua bagagem bíblico-doutrinária (conhecimento) e à aplicação dela às situações cotidianas (sabedoria). Para aqueles que se destacam na pregação e ensino e que desejam dedicar-se em tempo integral ao ministério é desejável (mas não indispensável) a formação acadêmica. Mas estes não deveriam ter nenhuma função privativa, tal como administrar os sacramentos ou invocar a chamada bênção apostólica³⁶, tampouco nenhuma prerrogativa (p. ex.: de poder exercer sozinho as funções do colegiado, de não ter suas faltas julgadas pelos demais presbíteros).

³⁵ Bernard Lewis, *Judeus do Islã*, Ed. Xenon, Rio, 1990. p 77-78 (sublinhados acrescentados). O NT indica que o judeu tinha mais acesso à leitura e explicação pública das Escrituras nas sinagogas do que o cristão atualmente nas igrejas (confronte Mt 4.23; 9.35; 13.54; Mc 1.21,39; 6.2; Lc 4.15-16,44; 6.6; 13.10; Jo 6.59;18.20; At 9.20; 13.5,14-15; 14.1; 15.21;17.1-2,10-11,17;18.4,19,26;19.8; At 28.17-23 com o Catecismo Maior pergunta 156: “A palavra de Deus deve ser lida por todos? R. Embora não seja permitido a todos lerem a Palavra publicamente à congregação, contudo os homens de todas as condições têm obrigação de lê-las em particular para si mesmos e com suas famílias...”). Uma leitura cuidadosa destes textos mostra a importância da sinagoga – e da liberdade com que se podia falar dentro delas – na pregação do evangelho e na difusão do Cristianismo. Vemos a mensagem cristã sendo levada às sinagogas espalhadas pelo império romano, como Damasco, Salamina, Antioquia da Psídia, Icônio, Tessalônica, Beréia, Atenas, Corinto e Éfeso por homens como Paulo, Barnabé, Silas e Apolo, como fazia Jesus nas sinagogas da Judéia (Lc 4.44) e Galiléia (Mt 9.23).

³⁶ Se o “pastor” não é um sacerdote porque sem ele não pode haver batismo e celebração da ceia? Por que somente o pastor pode impetrar a chamada “bênção apostólica” que é simplesmente o fecho da 2ª carta aos Coríntios? Parece que a “bênção apostólica” se tornou um 3º sacramento criado com a finalidade de marcar a distância entre o reverendo e os “leigos” (aliás, se a bênção é “apostólica”, homem nenhum tem o direito de pronunciá-la atualmente). Lutero considerava que todo cristão é um ministro e que a cerimônia de ordenação era “meramente a forma pública pela qual alguém é comissionado mediante a oração, as Escrituras e a imposição de mãos, a fim de servir à congregação.” As funções sacerdotais são privilégio de todos os crentes e “não a prerrogativa de uma casta seleta de homens santos”. “Lutero enumerou sete direitos que pertencem a toda a igreja: pregar a Palavra de Deus, batizar, celebrar a Santa Comunhão, carregar “as chaves”, orar pelos outros, fazer sacrifícios, julgar a doutrina”. (cf. GEORGE, Timothy *Teologia dos Reformadores* Ed. Vida Nova, São Paulo, 1994, p.96-98). Evidentemente o controle destas

Uma igreja concebida nestes moldes teria uma liderança não-profissional, com homens mais ligados à própria comunidade, sem distinção entre “clérigos” e leigos, e mais próxima do espírito reformado do sacerdócio universal de todos os crentes.

Igreja Presbiteriana ou Congregacional?

Na prática um governo presbiteriano pode ter várias nuances, variando de um presbitério fechado, oligárquico, com os líderes reunindo-se secretamente (vide Mt. 20.25) até um aberto, exposto à congregação (vide Atos 15.6,7,17,22). O N.T. apesar de mostrar que os presbíteros eram eleitos pelas comunidades locais (At. 14.23), silencia quanto à duração de um possível mandato, se havia confirmação periódica da comunidade quanto à permanência dos presbíteros e também quanto aos mecanismos pelos quais a igreja participava das decisões e em que nível ou grau de intensidade isso acontecia; parece que para a exclusão de membros a decisão final caberia à congregação e não somente aos líderes (Mt. 18.17; 1Co. 5.1-13). O fato incontestável é que a igreja tem líderes e a igreja deve obediência a eles, mas esta é uma submissão semelhante a da mulher ao marido (Hb. 13.17), pois não existem mecanismos de coerção legítimos que possam ser usados pelos líderes (1Pe. 5.2-3). Não há nenhuma prescrição aos maridos ou aos líderes da igreja do tipo “reduzam vossas esposas (ou vossas congregações) à submissão”; a ordem é para as esposas e congregações: “sejam submissas aos vossos maridos”, “obedecei aos vossos guias”. Deve haver a disposição voluntária de obedecer, de outra forma o que acontecerá? Restará tanto ao marido quanto ao guia “gemer” (cf. Pv. 21.9,19;25.24;27.15 com Hb. 13.17). Em resumo: a igreja local descrita pelo N.T. parecia ter um governo presbiteriano com uma pitada congregacional.

Quanto ao relacionamento entre as igrejas locais, a *Declaração de Savoy sobre fé e ordem* de 1658 diz:

“XXVI. Em casos de dificuldades ou divergências, seja em pontos de doutrina ou de administração... está de acordo com a mente de Cristo que muitas igrejas que mantêm comunhão entre si, por seus mensageiros se reúnam em sínodo ou concílio, a fim de considerarem e darem seu conselho... Contudo tais sínodos não possuem qualquer poder eclesiástico, nem qualquer jurisdição sobre as igrejas como tais...

XXVII. Além dos sínodos ou concílios ocasionais não foram instituídos por Cristo quaisquer sínodos fixos numa determinada combinação de igrejas ou de seus oficiais, em assembléias maiores ou menores”.

atribuições deve pertencer à liderança da igreja. At 15.24 é sugestivo "Porquanto ouvimos que alguns que saíram dentre nós vos perturbaram com palavras, e transtornaram as vossas almas, dizendo que deveis circuncidar-vos e guardar a lei, não lhes tendo nós dado mandamento," (ARC). O texto ARA diz: “sem nenhuma autorização”. Portanto, não vejo “desordem” se, p. ex., os presbíteros da igreja autorizassem um membro a batizar uma pessoa que ele próprio evangelizou. De fato, vemos na Bíblia um diácono batizando (At 8.12, 36-38: O eunuco pergunta a Felipe: que impede que seja eu batizado? Se visse hoje Felipe responderia: não posso batizar-te, somente um ministro ordenado pode.), um “mero” discípulo, sem nenhum cargo conhecido batiza aquele que viria a ser o apóstolo Paulo (At 9.10-18) e “alguns irmãos” (Pedro informa que eram seis – At.11.12) batizam Cornélio e sua família por ordem de Pedro (At 10.23,48). Isso pressupõe uma membresia responsável, auto-disciplinada, educada e com boa formação bíblica. Utopia? As utopias são bons alvos. Se não os alcançamos, pelo menos que cheguemos o mais próximo que pudermos.

Os batistas e congregacionais parecem ter razão quando afirmam que (excetuado o período apostólico) não há autoridade fora da igreja local, tais como os presbitérios ou sínodos permanentes da Igreja Presbiteriana. Em resumo: a igreja é essencialmente presbiteriana “para dentro”, no seu governo local; e congregacional “para fora”, no seu relacionamento com outras igrejas locais.

O Evangelho *versus* grandes personalidades

Em um intervalo de poucos anos assistimos, perplexos, à queda de homens que ocupavam posição de proeminência na Igreja: o presidente do supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil; o ex-presidente da Visão Mundial e presidente da Convenção Batista Brasileira e, por fim, o presidente da Vinde – Visão Nacional de Evangelização e presidente de honra da Associação Evangélica Brasileira, os dois últimos autores de vários livros.

Teria a forma de governo vigente em nossas igrejas alguma influência na queda destes homens? Mesmo não sendo uma influência decisiva, penso que sim.

O que aconteceu com esses pastores demonstra que a natureza humana, mesmo nos nossos melhores representantes, pode ser perigosamente susceptível às influências da fama, da honraria exagerada e da admiração dos homens. Por isso, cada vez que um mero homem – por melhor que seja – é colocado, sozinho, em posição de proeminência, surgem ocasiões de tentação³⁷.

Já se falou e escreveu muito sobre como o pastor pode ser solitário. E, por quê? Primeiro, porque o sistema é falho, humano e não divino. Não era para ser assim. Segundo, essa notória “solidão do ofício” parece ser um subproduto de duas inclinações humanas, a de ser idolatrado e a de idolatrar. De fato, os homens parecem necessitar da figura de um homem forte a quem devotam lealdade, por quem lutam ou a quem imitam. Os artistas têm os seus inevitáveis fãs-clubes; e, mesmo em nosso meio, não deixam de existir as multidões de seguidores de cantores e dos grandes pregadores. Por outro lado, essas pessoas que ficam em evidência, mesmo com as melhores intenções, no decorrer de suas carreiras parecem enredar-se nas sutis armadilhas que os holofotes trazem. E, se no início se sentem desconfortáveis depois se acostumam e, mais adiante passam a gostar dos paparicos, dos autógrafos, das atenções especiais, do tratamento diferente, da devoção exagerada.

³⁷ Até mesmo nos grandes reformadores, Lutero e Calvino, podemos encontrar essas tendências. Lutero, embora tenha renunciado aos seus votos monásticos, “apegou-se tenazmente a seu professorado e a seu grau de doutor”, obtido na Igreja Católica Romana. (George, p. 57). “Nos primeiros anos da Reforma, Andreas Bodenstein von Karlstadt, (...) que havia presidido a cerimônia de outorga do doutorado de Lutero, em 1512, renunciou seus próprios graus de doutor (ele possuía três!) e juntou-se aos camponeses de Orlamünde como seu pastor-fazendeiro. Lutero censurou o novo estilo de vida de Karlstadt em seu tratado “Contra os Profetas Celestiais”: *‘O que você acha agora? Não é uma bela nova humildade espiritual? Usar um chapéu de feltro e trajes cinzentos, não querer ser chamado de doutor, mas sim de irmão Andrew e caro vizinho, como qualquer outro camponês [...] como se o comportamento cristão consistisse em tais dissimulações externas’*. (George, p 58). “Embora Calvino certa vez tenha descrito a si mesmo como *‘meramente um homem dentre o povo’*, movia-se com facilidade entre os altos escalões da sociedade. Era um aristocrata de coração, se não de linhagem. Ele nunca esqueceu tal fato acerca de si mesmo, nem deixava que os outros se esquecessem disso. Certa vez, nas ruas de Genebra, um refugiado agradecido mas por demais entusiasmado chamou-o de ‘irmão Calvino’, apenas para ser informado de que o título correto era *‘Monsieur Calvino’*” (George, p. 168).

Há igrejas em que somente após o povo estar acomodado é que o pastor ou pastores entram em processional pelo templo. Em algumas, o povo se levanta para acompanhar e às vezes até aplaudir o “homem de Deus” que está entrando.

Essas tendências não são novas. Podemos encontrá-las, por exemplo, na crítica que Charles Spurgeon escreve (citando outro autor de um século antes) a respeito das distinções artificiais existentes, em seu tempo, entre o “clérigo” e o povo:

É igualmente deplorável que não possamos induzir os pregadores a falarem e gesticularem como outras pessoas sensatas, pois lhes será impossível cativar as massas enquanto não o fizerem. Todas as estranhas questões de atitude, entonação e vestuário são barricadas entre nós e o povo. Temos que falar como homens, se queremos ganhar homens (...) Há cem anos, o vestuário dos clérigos era quase tão distinto como agora, mas não tinha sentido doutrinário, e não passava de vaidade no vestir, se se deve crer em Lloyd, quanto ao que se diz em sua “Súplica Métrica em Favor dos Eclesiásticos”. Ele ataca os párocos com muita franqueza e, dentre os restantes, descreve um janota canônico:

*“Veja o Nugavã, seus enredos e meneios,
um fantoche de igreja, nada mais que autômato ordenado
Olhe o seu andar miúdo e tênue
A religião é creme e capa no seu rosto!
É toda religião, desde a cabeça aos pés!
Os chapeleiros e os barbeiros fazem isto.
Emprega a religião imitando o modista;
É ortodoxa somente em coisas exteriores:
Faixas, luvas, anéis, chapéus, batinas, túnicas.
Sinal do seu saber é a touca de doutor,
e prova a sua bondade -- porque a roupa é boa.”*

Este apego às vestes garbosas levou a uma empertigada nobreza no púlpito. Chamavam-lhe “dignidade”, e se orgulhavam dela. Distinção e decoro eram sua principal preocupação, e estas se mesclavam com pompa ou com ostentação tola e risonha, conforme as peculiaridades de cada criatura, até que os sinceros se cansaram das suas representações ocas, e partiram para longe daquelas ministrações bombásticas. Mas os ministros não se importavam, pois se as pessoas de bom gosto ficavam satisfeitas, eles tinham toda a recompensa que desejavam, e enquanto isso as multidões pereciam por falta de conhecimento.³⁸

Conta-se que um grupo de americanos que estava em Londres no século passado foi ouvir um famoso pregador, contemporâneo de Spurgeon. Ao saírem da reunião

³⁸ SPURGEON, C.H. *Lições aos Meus Alunos*, vol 1, p. 147-148. PES. (Sublinhados acrescentados). Spurgeon estava seguindo a boa tradição puritana que estreitou radicalmente a distância entre clero e laicato, rejeitando conseqüentemente as vestes clericais. “Um puritano, o botânico William Turner, de Wells, até treinou um cão de estimação para pular e abocanhar os bonés quadrados das cabeças dos clérigos!” (Leiland Ryken, *Santos no Mundo, os puritanos como realmente eram* Ed. Fiel. 1 ed. 1992, p. 132)

comentaram: “que grande pregador é o Dr. Fulano!” Posteriormente assistiram a uma pregação de Spurgeon e saíram dizendo: “que grande salvador é o Senhor Jesus!” É a Cristo, unicamente, que a igreja deve exaltar. Lamentavelmente a igreja tem se apoiado em lideranças personalistas, mesmo que de natureza benéfica. Homens têm sido colocados em evidência junto com Cristo e a mensagem do Evangelho, e quando esses homens caem a credibilidade da mensagem cai junto. A prática tem demonstrado que é preciso despersonalizar a igreja. O Evangelho não necessita da autoridade de homens para se firmar. Ele tem autoridade por si. A solução – ou uma delas – está na forma de governo prevista no N.T. Um governo que não ponha em destaque o indivíduo: o governo presbiteriano, plural, conciliar.